



O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM ALAGOAS: REFLEXÕES PRELIMINARES

Alice De Santana Silva

Universidade Federal de Alagoas
alice.silva@arapiraca.ufal.br

Renata Mayara Moreira De Lima

Universidade Federal de Alagoas
renata.lima@penedo.ufal.br

RESUMO

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) criado em 2003 é estruturante na Política Nacional do setor. A execução de tal Programa deve dar-se de forma descentralizada e regionalizada, a partir de um planejamento coordenado e participativo, orquestrado pelas instâncias de governança, que tem como principal função decidir e conduzir o desenvolvimento turístico de todos os municípios envolvidos no escopo de atuação do Programa. Em virtude disso, o presente artigo tem como objetivo geral apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) que objetiva avaliar o desempenho do Fórum Estadual de Turismo (FORETUR). Os objetivos específicos do PIBIC envolvem analisar as características de constituição e funcionamento dessa instância e investigar o desempenho desta no planejamento e implementação de ações voltadas ao fomento da atividade turística. A metodologia utilizada está ancorada nas especificidades da pesquisa em avaliação de políticas públicas, sendo apresentados nesse artigo os resultados da análise documental. Os resultados alcançados mostram que nos documentos produzidos pelo estado de Alagoas no que diz respeito à atividade turística, existem aspectos importantes relacionados ao PRT, no entanto, não se encontram propostas palpáveis, como de projetos e roteiros, e nem indicações de como o processo pode ser conduzido na prática.

Palavras-chave: Programa de Regionalização do Turismo. Avaliação. Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Com a criação do Ministério do Turismo (MTUR) em 2003, teve-se uma maior sistematização do planejamento governamental da atividade turística no Brasil, ao permitir o estabelecimento inédito de um vínculo estável ao setor. Dentre as mudanças processadas a partir disso, em 2004, sucede a criação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil, considerado um desdobramento do então Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) da década anterior. A execução de tal Programa “[...]”



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo” (BRASIL, 2007a, p.19), tendo como premissa para que isso pudesse ocorrer, a institucionalização das instâncias de governança, com o objetivo de “[...] estabelecer uma organização para decidir e conduzir o desenvolvimento turístico de uma região” (BRASIL, 2007b, p.14).

No que se refere ao PRT, a escolha pelo formato e caráter jurídico dos espaços é uma responsabilidade dos envolvidos, podendo ser um fórum, conselho, associação, comitê ou outros tipos. É indicado ainda que nas regiões que já possuíam instâncias de governança no momento da implementação do Programa, estas deveriam ser fortalecidas e ampliadas, para que se agregasse a responsabilidade de coordenação do PRT (BRASIL, 2007b). Destaca-se que a existência desses colegiados responsáveis pelo desenvolvimento turístico, nos âmbitos municipais, regionais e estaduais, foi desde o início do Programa, um elemento estrutural, inviabilizando, inclusive, se não existir, a sua continuidade.

Assim o objetivo desse trabalho é apresentar parcialmente os resultados de uma pesquisa de iniciação científica que objetiva avaliar o desempenho do Fórum Estadual de Turismo de Alagoas de acordo com as diretrizes do PRT. A referida pesquisa tem algumas etapas, como a pesquisa bibliográfica, documental e a de campo; especificamente nesse trabalho, apresentaremos os resultados da análise documental.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Definir política pública não é uma tarefa simples, pois discorrer sobre tal campo não consiste apenas em expor conceitos e definições, muito menos atuações realizadas pelo governo a favor da sociedade, mas, sobretudo investigar por que foram formuladas e como foram implementadas. Quando se pensa em políticas públicas deve-se levar em consideração que são ações que se formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas, conforme preconizado pelos documentos oficiais, consegue-se promover o desenvolvimento tanto social quanto econômico na vida que as pessoas são capazes de levar. Ao se referir a isso, Souza (2006, p.20) ressalta que: “Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

maioria dos países, em especial os em desenvolvimento.” Ou seja, essa área vem ganhando maior evidência nos últimos anos, e no caso do Brasil não é diferente, já que vem implementado políticas públicas nos mais diferentes setores estratégicos da sociedade.

Do ponto de vista de Dias e Matos (2012, p.04):

As políticas públicas constituem um elemento comum da política e das decisões do governo e da oposição. Desse modo, a política pode ser analisada como a busca pelo estabelecimento de políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciá-las. Por sua vez, parte fundamental das atividades do governo se refere ao projeto, gestão e avaliação das políticas públicas. Como decorrência, o objetivo dos políticos, sejam quais forem seus interesses, consiste em chegar a estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou bloquear aquelas que lhes sejam inconvenientes.

As políticas públicas são implementadas, geralmente, em decorrência da necessidade de resolver determinados problemas sociais. No entanto, o governo pode se utilizar das políticas públicas de acordo com seus interesses, isto é, em concordância com suas posições político-ideológicas. Dye (1984) sustenta a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Do ponto de vista setorial, Cruz (2002, p. 40) define política de turismo como: “[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

Solha (2006) também discorre sobre as políticas públicas de turismo, afirmando que para garantir desenvolvimento turístico, a política deveria se caracterizar pelo dinamismo, flexibilidade, participação, integração e harmonia; características importantes em um contexto de globalização.

Dentro do campo das políticas públicas, encontra-se um subcampo denominado de avaliação, que se utiliza de alguns métodos e técnicas que permitem sua operacionalização.

Dessa forma segundo Arretche:

A literatura de avaliação de políticas públicas costuma distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência, distinção esta que é basicamente um recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos e por consequência, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação (1998, p.03).

Alguns resultados são constantemente adquiridos através de alguns critérios de avaliação, quando se quer avaliar um programa ou uma política pública. Os critérios que são frequentemente utilizados para avaliar uma política pública são: eficácia, eficiência e



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

efetividade. Segundo Draibe (2001, p.35), “[...] a eficácia de um dado programa diz respeito a relação entre características e "qualidades" dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro.” Assim, a implementação de um programa é eficaz quando se consegue atingir os resultados em menor tempo, com o menor custo e com uma alta qualidade. Essa avaliação ocorre durante o processo de implementação da política pública.

Draibe conceitua os outros dois tipos de avaliação da seguinte maneira:

A eficiência diz respeito as qualidades de um programa, examinadas os parâmetros técnicos, de tempo e de custos. [...] efetividade refere-se a relação entre objetivos e metas de um lado, e impactos e efeitos, de outro. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que real seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide (2001, p. 36).

Desta forma, uma avaliação de eficiência é quando se implementa uma política pública com um mínimo de custo, isto é, refere-se a relação custo-benefício. Já a avaliação de efetividade ocorre no momento final de implementação da política, quando será analisado se houve sucesso ou não, isto é, se ocorreu impactos positivos e/ou negativos com a implementação da política.

2.1 PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (PRT)

Quando se faz um levantamento da atuação do Programa de Regionalização do Turismo, é necessária a compreensão sobre o termo regionalização e de que maneira esse programa passou a ser adotado pelo MTur. Segundo Brasil (2007a, p.08):

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade.

O programa se propõe a efetuar uma participação conjunta entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, sem a participação destes dificilmente se terá os resultados esperados com a implementação. Os atores envolvidos devem ser aqueles que



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

atuam de forma direta ou indireta com o desenvolvimento da atividade turística de uma localidade.

Muito se tem falado a respeito do programa e a partir de que momento este passou a fazer parte dos assuntos tratados pelo MTur, encontrando-se sua criação em 2003, como afirma:

A regionalização do turismo, adotada desde a criação do Ministério do Turismo em 2003, está contemplada em todos os planos nacionais de turismo. Com o passar dos anos, o processo de desenvolvimento regional, instalado a partir do Programa de Regionalização do Turismo, foi ganhando força e status nas políticas desenvolvidas pelo setor, até se tornar a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro (BRASIL, 2018, p.54).

O fato de se pensar e se preocupar com a regionalização do turismo no Brasil fez com que surgisse esse Programa que passou a ser pauta, como de importância significativa. Sendo assim, pode-se afirmar que este continua após 16 anos de sua criação, tendo relevância no cenário do turismo do Brasil, já que como afirma a citação acima, ele está contemplado na Política Nacional de Turismo e nos Planos Nacionais de Turismo, que são documentos basilares para o setor.

Para que esse Programa seja desenvolvido como preconizado em suas diretrizes é necessário à utilização das instâncias de governança que é: “[...] uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (BRASIL, 2007b, p.16). As instâncias de governança atuam com todos os atores envolvidos, sejam eles privados e/ou públicos, desde que estes se comprometam a organizar a atuação do Programa. É importante mencionar que além da esfera regional, as instâncias também devem existir nos demais âmbitos: “A Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação: em âmbito nacional e em âmbito estadual, regional e estadual” (BRASIL, 2013, p.25).

Do ponto de vista do MTUR:

A participação dos atores envolvidos com o turismo, no que diz respeito à superação das possíveis dificuldades e desafios administrativos e legais para a implantação e gestão das Instâncias de Governança Regionais, é fundamental para a plena implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2007b, p.51).



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

A necessidade da criação de instâncias de governança não é uma exclusividade do PRT, já que programas anteriores, como o PNMT já tinham colocado os espaços participativos como necessários a implementação de políticas públicas de turismo. Dessa forma, institucionalizar as instâncias de governança no que se refere ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT) significa “[...] prevê o estabelecimento ou fortalecimento de parcerias com os agentes envolvidos com a atividade turística, sejam eles públicos ou privados” (BRASIL, 2007b, p.14).

Segundo Gohn (2011), o surgimento de espaços como é o caso dos conselhos gestores de políticas públicas vieram ligados ao conceito de governança global, de amplo alcance através dos fóruns internacionais. O então conceito veio refletido nas escalas nacionais, regionais e municipais, em que retrata marcos referenciais de um novo modelo de ação pública em que as ações não estão limitadas aos órgãos e aparatos estatais, mas incorporam a relação entre o governo e a sociedade.

3 METODOLOGIA

No desenvolvimento da pesquisa em andamento foram realizadas *Revisão de Literatura*, sobre: conceitos e características das políticas públicas de turismo e da avaliação de políticas públicas; políticas públicas de turismo no Brasil; Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e instâncias de governança; *Pesquisa documental*, em âmbito nacional, através dos documentos oficiais do Programa produzidos pelo MTUR, tais quais: Planos Nacionais de Turismo (2003-2007; 2007-2010; 2013-2016); Diretrizes Políticas (2004); Introdução à Regionalização (2007); Módulos Operacionais (2007); Avaliação do Programa (2010) e Diretrizes (2013); em âmbito estadual, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR); e *Pesquisa de campo*, com atores participantes do Fórum Estadual de Turismo de Alagoas.

Nesse trabalho, apresentaremos os principais resultados obtidos com a pesquisa documental. As fontes documentais, como menciona Gil (2008, p.147), proporciona ao pesquisador: “[...] dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas”. Nesse sentido, há casos em que os resultados adquiridos em



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

documentos permitem a um maior aproveitamento de informações do que se fosse realizado outras técnicas, como entrevistas, ao passo de que dependendo das questões de pesquisas elencadas, a análise documental é imprescindível para o alcance dos resultados buscados.

Tal situação é o caso da presente pesquisa, que antes de proceder a sua terceira fase, a pesquisa de campo, precisou realizar uma análise dos documentos de planejamento referentes ao âmbito estadual e a região turística Caminhos do São Francisco, os quais foram: “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas” (2013-2023) e “Planejando o Destino Caminhos do São Francisco”. Essa região turística foi escolhida em virtude das pesquisadoras estarem nela inseridas geograficamente. Além disso, coletaram-se atas das reuniões do Fórum Estadual de Turismo, disponibilizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas.

Os indicadores que nortearam as análises foram baseados em Lima (2017), dos quais foram usados na análise documental três: 1) Elaboração, implementação e avaliação de plano de desenvolvimento do turismo; 2) Elaboração, implementação e avaliação de roteiros ou outros projetos coletivos; 3) Elaboração, implementação e avaliação do plano de marketing ou utilização de outros mecanismos de marketing.

4 CONCLUSÃO

O documento “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Alagoas” (2013-2023) é um dos principais documentos responsáveis por conduzir o planejamento do turismo no estado, sendo um documento validado pelo Fórum Estadual de Turismo de Alagoas. O plano tem por objetivo orientar e organizar o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, por meio de monitoramento e avaliações das ações realizadas. Visa ainda contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento de um turismo sustentável no estado.

É preciso ressaltar que algumas regiões turísticas de Alagoas já são turistificadas, como são os casos da região Metropolitana e região Costa dos Corais, que possuem significativa dinâmica de mercado baseada no segmento de sol e mar. Outras regiões turísticas estão em processos diferentes de desenvolvimento, que são: Agreste, Caminhos do São Francisco, Lagoas e Mares do Sul e Quilombos.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Quanto à promoção, marketing e comercialização, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas, menciona estar ampliando a promoção, buscando atrair mais visitantes, porém, a inexistência de uma logomarca dificulta a divulgação. Quanto aos roteiros turísticos ou projetos coletivos, o plano estadual não menciona propostas ou indicação de como isso poderia ser encaminhando, o que seria fundamental para a diversificação dos produtos turísticos de Alagoas, já que é concentrado no sol e mar. Tal fato indicaria de modo mais efetivo de que modo à interiorização do turismo, proposta do PRT, poderia ocorrer, principalmente porque o Plano Estadual deveria conter propostas para as possibilidades de turismo de todas as regiões de Alagoas.

Outro documento analisado foi o resultado do Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco, intitulado: “Planejando o Destino Caminhos do São Francisco” que apresenta de forma sintética os resultados do projeto, que buscava estruturar essa região turística. O documento menciona a importância de promoção de ações nessa região, a fim de incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico das populações de baixa renda. O documento apresenta os 24 destinos inseridos na região Caminhos do São Francisco, sendo 12 municípios Alagoanos e 12 Segipanos, porém o projeto priorizou os municípios Alagoanos, mostrando suas especificidades e dificuldades existentes.

Foi observado que desde a criação do projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo do Baixo São Francisco, alguns resultados foram alcançados de forma positiva assim como foram identificadas algumas dificuldades que impedem melhores repercussões do projeto. Do ponto de vista do marketing, menciona-se que para o reconhecimento do destino, necessita-se de visibilidade, para que este seja promovido nas principais vias de acesso em que transita uma quantidade considerável de pessoas. O projeto Caminhos do São Francisco também contou com uma ferramenta que divulgava o destino nos meios digitais, utilizando-se da marca “Caminhos do São Francisco” e aplicativos para dispositivos móveis.

Quanto aos roteiros turísticos ou projetos coletivos, o documento analisado não apresenta nenhuma proposta de roteiros ou projetos formalizados, apesar de ressaltar em várias partes do documento a necessidade dessas proposições. Concluindo-se que apesar de tal projeto estar em congruência com os objetivos do PRT, não identifica-se na análise



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

documental relação entre ambos, e muito menos relação com o Foretur na proposição ou implementação do projeto.

Além da análise desses documentos, foram analisadas quatro atas de reuniões realizadas pelo Foretur nos últimos quatro anos, que foram as únicas disponibilizadas pela Sedetur. Quanto a isso, foi identificado que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo realizava algumas apresentações nas reuniões sobre o PRT, indicando que existia o processo de divulgação e discussão, mesmo que breve, do Programa no Fórum Estadual.

Outros fatores observados, a partir da análise das atas, foram às pautas das reuniões do Fórum, que em sua maioria, focavam no fortalecimento do turismo no estado de Alagoas e no papel que os atores, envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística, deveriam exercer.

De acordo com as informações obtidas nas análises empreendidas, verificamos que nos principais documentos produzidos pelo estado de Alagoas nos últimos anos existem aspectos importantes relacionados ao PRT, como é o caso da afirmação de que é preciso fortalecer outros produtos turísticos não vinculados ao turismo de sol e mar, carro chefe do estado. No entanto, não se encontra nos documentos propostas palpáveis, como de projetos e roteiros, e nem como o processo pode ser conduzido na prática.

Além disso, foi notório observar que o Fórum Estadual, principal instância de governança do turismo em Alagoas, não tem tido periodicidade nas reuniões realizadas, não se tendo uma discussão coletiva contínua sobre o PRT. É importante destacar que isso foi algo que dificultou a própria obtenção de algumas informações para a presente pesquisa. Quanto a isso, destaca-se que quando do início dessa pesquisa, julho de 2018, Alagoas não possuía nenhuma instância de governança regional formalizada, o que tem ocorrido nos últimos meses, principalmente por pressão exercida pelo MTur.

Como afirma os documentos do Programa (BRASIL, 2007a, 2007b, 2013), as instâncias de governança devem conduzir o desenvolvimento do turismo, garantindo a participação do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino dos municípios de uma região turística, o que é pré-condição para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo. A participação, descentralização e planejamento integrado são fatores fundamentais colocados pelo MTur para que o Programa tenha o formato esperado.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Ademais, com a realização da pesquisa de campo, verificou-se que se constituem em gargalos, a ausência de recursos humanos e financeiros para a implementação, e o alinhamento do Programa com outras ações públicas, para impulsionar o desenvolvimento local e o fortalecimento de uma região turística. Nota-se ainda, o desconhecimento de atores relevantes regionais sobre a existência do Programa e/ou dos seus mecanismos. Tais fatores coadunam-se com outras pesquisas avaliativas realizadas sobre o PRT em outros estados, como apresenta Lima (2017).

Concluímos, com base nesses aspectos apresentados, que o PRT pode ser um instrumento de desenvolvimento do turismo para as regiões que o implementam conforme as diretrizes nacionais, bem como contando com recursos suficientes, já que não adianta ter uma proposta de um Programa que seja boa do ponto de vista técnico, se não existirem formas de colocar as ações em prática. Essa questão merece atenção já que estamos falando de um estado que tem uma variedade de atrativos que, se planejados de forma adequada, com os recursos necessários, se poderia ter um impacto positivo na economia estadual.

Com o desenrolar da pesquisa foi possível compreender o que deve ser feito para que um Programa como esse seja executado de forma a atingir os objetivos propostos e gere resultados para as regiões que são objetos de intervenção. Destaca-se assim, a criação e funcionamento de instâncias de governança, a existência de recursos e a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo, bem como o monitoramento e a avaliação das ações.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE. Marta. Tendências no estudo de avaliação. In: RICO. Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais. 2009.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DRAIBE, Sonia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public. Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall, 1984.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, Renata Mayara Moreira de. **Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento: uma avaliação do programa de regionalização do turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- SETTE, Isabela et al. **Planejando o Destino: Caminhos do São Francisco**. Brasília: Iabs, 2015. 106
- SOLHA, Karina Toledo. **Política de Turismo: Desenvolvimento e Implementação**. In: RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (Org.). **Planejamento Turístico**. Barueri: Manole, 2006.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, Porto Alegre, p.20-45, 2006.
- TURISMO, Governo do Estado de Alagoas: Secretária de Estado de. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo**. Maceió.